

EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1333160 - RS (2018/0185243-2)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : AGENOR VALMIR ROSA
ADVOGADOS : ELOI MARTINELLI - RS021790
TADEU MOREIRA CAMPELO FILHO E OUTRO(S) - RS065853
EMBARGADO : JOSE PAULO SILVA PINTO
REPR. POR : MIGUEL ANGELO SILVA PINTO - INVENTARIANTE
EMBARGADO : MARIA CHRISTINA DA SILVA PINTO
ADVOGADO : JOÃO ALUÍZIO DEGRAZIA JUNIOR - RS028469

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC/15. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Nos rígidos limites estabelecidos pelo art. 1.022, do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou sanar erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator